

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Data: 23/01/2022

Diário do Pará

DOMINGO, Belém-PA, 23/01/2022

A2 PARA COMEÇAR

24h de notícias • www.diarioonline.com.br

Igeprev cancelou R\$ 121 milhões de pagamentos a fantasmas

Somente em 2021, foram mais de 1,2 mil pagamentos indevidos a segurados que já teriam morrido. Processo de auditoria continua

PENTE-FINO

Ana Célia Pinheiro

Depois de décadas de assombrações, o Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) está conseguindo, finalmente, exorcizar os seus fantasmas. No ano passado, até novembro, foram descobertos mais de 1.200 ex-segurados cujas pensões ou aposentadorias continuavam a ser pagas, apesar de já terem morrido. A maior quantidade foi encontrada em julho: 518 deles, que “receberam” quase R\$ 24,5 milhões, ao longo de vários anos.

Mas, entre 07 de dezembro e o último 14 de janeiro, os fantasmas caíram para apenas 75 e o prejuízo que causaram ficou em menos de R\$ 670 mil. Tudo graças ao pente-fino que o Igeprev vem realizando em cada um dos seus 51 mil processos de benefícios. Até o último dia 14, os prejuízos pelas irregularidades constatadas, incluindo os fantasmas, já ultrapassavam R\$ 121 milhões. Uma sangria que se estendeu por décadas e que só começou a ser combatida a partir de 2019, com a decisão do novo governo de sanear o instituto: só entre 2010 e 2018, o rombo do Igeprev superou R\$ 252 milhões, sem que nada fosse feito para resolver o problema.

“A sociedade paraense inteira acabava prejudicada por essas irregularidades, porque o Governo tinha de colocar mais dinheiro no instituto, para o pagamento das contribuições previdenciárias, em vez de direcionar esses recursos para outras prioridades, como Saúde e Educação”, explica o presidente do Igeprev, Giussepp Mendes. Em 2020, ele ocupava o cargo de auditor geral do Estado, quando foi esco-



Giussepp Mendes lembra que toda a sociedade paga pelas irregularidades no órgão FOTO: MAURO ÂNGELO

lhido pelo governador Helder Barbalho para descascar esse abacaxi.

O saldo de sua atuação, até agora, é o cancelamento desses mais de R\$ 121 milhões em pagamentos indevidos. No entanto, ele acredita que até a conclusão do pente-fino (o que deve ocorrer em julho, se a pandemia deixar) ainda serão detectados mais uns R\$ 50 milhões em benefícios irregulares: “Tenho certeza de que já não encontraremos tantas pensões ou aposentadorias pagas a falecidos, uma vez que criamos várias ferramentas de controle contra isso. Mas as estatísticas mostram que temos detectado de R\$ 7 a R\$ 8 milhões por mês, em irregularidades. E como só auditamos até agora 19.560 processos de benefícios, de um total de 51 mil, é possível que ainda encontremos mais de R\$ 50 milhões em pagamentos indevidos”.

IRREGULARIDADES

Há de tudo nessa grande caixa-preta que sempre foi o Igeprev: indícios de

gratificações e adicionais incorporados ilegalmente a aposentadorias; “erros” dos cálculos de progressão de carreira; reajustes turbinados de pensões por morte, também decorrentes de “erros” nos cálculos. As supostas fraudes já viraram até caso de polícia, com as várias denúncias encaminhadas pelo Igeprev, desde o ano passado, ao Ministério Público Estadual (MP-PA) e à Diretoria de Combate à Corrupção (DECOR), da Polícia Civil. E os casos que mais chamam atenção são mesmo os fantasmas, até pelo volume de dinheiro que teriam recebido, no além-túmulo. Apenas 10 deles receberam quase R\$ 6,8 milhões, dizem fontes do Igeprev.

O primeiro lugar do ranking, com R\$ 1,610 milhão em pagamentos indevidos, é da viúva de um oficial da Polícia Militar. Ela morreu em abril de 2015, mas a sua pensão só foi suspensa em janeiro de 2018. Na época, o Ministério Público de Contas (MPC) investigava várias irregularidades no

“**A sociedade paraense inteira acabava prejudicada por essas irregularidades, porque o Governo tinha de colocar mais dinheiro no instituto, para o pagamento das contribuições previdenciárias, em vez de direcionar esses recursos para outras prioridades, como Saúde e Educação”**

Giussepp Mendes, presidente do Igeprev

Igeprev. Entre elas, pensões acima da remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que é o limite constitucional para os salários e benefícios pagos pelo Poder Público. A pensão da viúva era de R\$ 45 mil, ou R\$ 11 mil acima desse limite. Mas o que não se sabia, então, é que ela já estava até morta.



Instituto não controlava dados de segurados

Foi o MPC, aliás, quem começou a abrir a caixa-preta do Igeprev. O procurador Guilherme da Costa Sperry, hoje Procurador Geral de Contas do Pará, analisava um caso aparentemente corriqueiro: as pensões deixadas para a viúva e o filho de um servidor público. Só que ele percebeu que o rapaz continuou a receber a pensão mesmo após atingir a maioridade. E que a pensão da viúva continuou a ser paga até outubro de 2012, apesar de ela ter morrido em abril de 2007. Na época, o Igeprev possuía 10 mil beneficiários de pensões por morte, que somavam R\$ 34,6 milhões.

E as explicações do órgão só fizeram aumentar as desconfianças do procurador. Na época, o Igeprev informou que o sistema de gerenciamento desses benefícios não suportava a carga automática do sistema de óbitos; que alguns cartórios não atualizavam as informações; e que, entre abril de 2009 e dezembro de 2014, realizara manualmente o controle de centenas ou milhares de falecimentos. Um caos que Sperry descobriu que possibilitava não “apenas” o pagamento de pessoas mortas, mas muitas outras irregularidades, como pensões acima do limite constitucional.

Com isso, ele protocolou uma Representação, em fevereiro de 2018, para que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizasse uma inspeção extraordinária no instituto. E foi assim que os técnicos do TCE acabaram descobrindo um provável prejuízo de R\$ 252 milhões, para os cofres do Igeprev, entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2018, mais da metade decorrente de benefícios acima do limite constitucional. Em abril de 2020, o TCE julgou procedente a Representação de Sperry e determinou um conjunto de medidas.

Mas desde o início de 2019, o novo governo já vinha apertando a fiscalização no Igeprev, devido às várias denúncias que recebera antes mesmo da posse e que eram acompanhadas por Giussepp Mendes, então no comando da Auditoria Geral do Estado (AGE). Assim, quando o TCE julgou a Representação, no ano passado, o próprio instituto já havia detectado 350 possíveis fraudes previdenciárias, suspenso tais pagamentos e encaminhado os casos ao MP-PA e à DECOR. No entanto, Giussepp acabou percebendo que era preciso aprofundar as investigações. Daí a opção pela auditoria dos

51 mil benefícios pagos pelo órgão, e a realização do Censo Previdenciário, que será encerrado em março.

Ele observa que a auditoria não se limita a descobrir as irregularidades, o que é fundamental para estancar a sangria, e até para ajuizar ações para a recuperação desses recursos, como já vem ocorrendo. Outros ganhos que ela está trazendo, junto com o Censo Previdenciário, são a melhoria do Planejamento e da Gestão do instituto e a prevenção de ilegalidades.

GANHOS

Com isso, ficou mais rápido constatar o falecimento de um segurado, as progressões de carreira e se as pensões e aposentadorias cumprem o limite constitucional. A auditoria e o Censo trouxeram ganhos até para os segurados. No ano passado, descobriu-se que vários deles estavam recebendo menos do que deveriam: uma montanha de dinheiro de quase R\$ 3,7 milhões. Na maioria dos casos (mais de R\$ 2 milhões) porque as suas pensões por morte são inferiores ao que têm direito. Mas também há quase R\$ 1,4 milhão em retroativos menores que o devido, e até centenas de segurados que poderiam descontar me-

nos para a Previdência, porque têm direito à compensação previdenciária, mas nunca quiseram isso.

Segundo Giussepp, o Igeprev já está regularizando os direitos desses segurados. Mas também está apertando, com processos administrativos e judiciais, aqueles que receberam mais do que tinham direito, ou que até se apropriaram de recursos a que não tinham direito nenhum. Das irregularidades detectadas no ano passado, o maior grupo é o de pagamentos a fantasmas, com quase R\$ 36,4 milhões. Vêm depois os reajustes de pensões por morte em percentuais turbinados (R\$ 21 milhões), as verbas pagas acima do devido (R\$ 18 milhões), as incorporações oriundas de cargos comissionados com valores a maior (quase R\$ 14 milhões), as contribuições previdenciárias descontadas a menor (R\$ 5 milhões), retroativos pagos a maior ((R\$ 2,6 milhões) e pagamentos indevidos de adicionais por tempo de serviço (quase R\$ 1,8 milhão).

Tudo somado, foram quase R\$ 99 milhões em irregularidades, que, somadas às encontradas entre 7 de dezembro e 14 de janeiro (R\$ 22,5 milhões), já totalizam mais de R\$ 121 milhões em prejuízos.